

Implementação e Disseminação de Novas Tecnologias de Monitoramento para Segurança.

Marta Mourão Kanashiro.

Cita:

Marta Mourão Kanashiro (2007). *Implementação e Disseminação de Novas Tecnologias de Monitoramento para Segurança. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/129>

Implementação e disseminação de câmeras de monitoramento para segurança

Marta Mourão Kanashiro¹

1. Introdução

A inserção de câmeras de monitoramento em espaços de circulação pública é um fenômeno cada vez mais recorrente no mundo. Hoje em dia é difícil percorrer cidades, ruas, praças, parques sem deparar-se com esses dispositivos. Utilizados em sistemas eletrônicos de segurança, tais equipamentos são geralmente definidos como um recurso para inibir assaltos, evitar depredações e identificar criminosos. Instigada por esse panorama e pela premência de um debate que vá além dessa definição, realizou-se uma pesquisa que analisou o processo de inserção das câmeras para segurança, a partir de um estudo de caso realizado no Parque da Luz, região que vem sendo revitalizada no centro da cidade de São Paulo. O presente trabalho apresenta elementos da implementação e disseminação das câmeras a partir dos discursos que possibilitam essa prática, dos produzidos por ela e das articulações associadas à sua freqüente presença. Tais elementos inserem-se nos debates sobre privatização da segurança e revitalização urbana, que incluem a questão como um elemento constituinte do processo. No entanto, este trabalho vislumbra tal inserção apontando as câmeras também como um dispositivo de funcionamento do poder na atualidade, que vai além da análise foucaultiana de panóptico. Esse exercício da vigilância guarda com ambos os processos uma relação simbiótica, de elementos que se reforçam mutuamente e compõem um amplo panorama de transformações sociais, políticas e econômicas.

A articulação entre revalorização e segurança

Amplamente tematizado e debatido no Brasil, o modelo de revalorização das cidades em focaliza antigas áreas nobres centrais que se degradaram por falta de interesse público, e a partir da década de 1990, como parte de um novo modelo de gerenciamento das cidades alinhado com o capitalismo global, passaram a reunir ações e interesses de governos locais,

¹ Marta Mourão Kanashiro é pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas, onde atua no Laboratório de Jornalismo e no Grupo de Pesquisa Conhecimento, Tecnologia e Mercado (CTeMe). Atualmente também é doutoranda no Programa de Sociologia da Universidade de São Paulo. Contato: mmk@unicamp.br e <http://www.ifch.unicamp.br/cteme>

grupos empresariais, combinando financiamentos de agências multilaterais, e dos setores público e privado (Frugoli 2001). A revalorização da área da Luz, região central da cidade de São Paulo (Brasil) não foge a esse modelo urbanístico caracterizado pelo processo de *gentrification*² e seguido em várias cidades do mundo. O mesmo padrão de intervenções já foi realizado em várias cidades brasileiras, em especial aquelas participantes do *Programa Monumenta*, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro³.

Valorizando determinadas áreas da cidade, o processo de *gentrification* altera a paisagem urbana, transforma seus significados, e direciona circulação e permanência nesses locais para segmentos sociais específicos, que possam consumir os novos produtos da cidade, ela mesma tornada mercadoria⁴ e administrada ou gerenciada de forma empresarial.

Nesse processo de revalorização vão sendo atribuídos novos usos ao lugar, reconstruindo-o, reinventando-o, e revalorizando-o a partir da promoção de uma determinada interpretação da memória e da história. É nesse contexto que cultura, natureza, pluralidade, inclusão social e cidadania, passam a compor uma grande peça publicitária.

Esse nível local de transformações articula-se também com uma agenda internacional para as cidades e com os financiamentos de agências multilaterais. Fernanda Sanchez (2001) sinaliza a convergência de interesses para vender as cidades como indicativo de um processo de mercantilização do espaço, que atinge outro patamar - ressalta-se aqui a cidade como produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual.

No processo de revalorização, a área da Luz passa a concentrar grande fluxo de capitais, pessoas e signos⁵, investimentos variados em setores como imobiliário, cultural ou comercial,

² Seguindo os passos de Rogério Proença Leite (LEITE, 2002), adota-se aqui o termo *gentrification*, um neologismo derivado do inglês *gentry*, que não tem uma tradução consensual entre autores e tradutores brasileiros, podendo ser encontrado como gentrificação ou enobrecimento.

³ Especificamente sobre as cidades brasileiras, destacam-se aqui os trabalhos de Leite (2004), Pinho (1996), e Oliveira (1998). O Programa Monumenta visa a recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, e é executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁴ Compartilha-se aqui a idéia da cidade transformada em mercadoria e da aproximação de cultura e economia como proposta por Arantes (2000: 47)

⁵ Como apontado por Oliveira (2000: 212), há uma competição entre cidades para sediar as recorrentes retorializações e desterritorializações dos fluxos globais de capitais, pessoas e signos. O autor afirma que nesse processo tornam-se fundamentais as capacidades locais de produção e difusão de imagens positivas capazes de garantir a inserção diferenciada de determinada metrópole nos circuitos claramente hierarquizados da economia global. Oliveira cita como exemplo a repercussão da “excelência na prestação de serviços *worldclass* com a função de vincular o nome de um lugar à possibilidade imaginária do desfrute de ambientes confortáveis, seguros

por meio da instalação de bares, restaurantes, faculdades, galerias, centros de compras que vão empurrando para outras áreas figuras como meninos de rua, prostitutas, vendedores ambulantes, usuários de drogas, enfim, todos aqueles que não podem consumir tais produtos e que não representam o projeto modernizador que se quer imprimir na cidade. Restam para essa população as áreas marginalizadas, que permanecem em condições precárias.

Quase que ironicamente, as intervenções, modificações de fachadas, as restaurações de prédios e calçadas ou melhorias no sistema de iluminação e segurança das áreas revalorizadas são repercutidas como prova da eficiência e da preocupação dos setores público e privado com as demandas da cidade e da população, cercando as ações de um caráter elogiável, bem sucedido, enfim, inquestionável. Aos poucos são acionadas localmente idéias como a de pertencimento a um lugar esteticamente reformulado, limpo, belo, seguro e moderno, e internacionalmente, a cidade como local de turismo, consumo ou negócios, seguindo os padrões das “cidades modelo”⁶, para competir pelo fluxo global de investimentos.

Seguindo os jargões dos urbanistas, os “equipamentos históricos e culturais” e “o potencial de cultura, lazer e turismo” na Região da Luz “agregam valor” e atraem investimentos para as cidades, os quais são convertidos em ganhos para que esses lugares se tornem “auto-sustentáveis”.

Dentre muitas outras intervenções na Região da Luz, medidas como desocupação de prédios, remoção de vendedores ambulantes, operações policiais na região da Cracolândia, fiscalizações de hotéis e de estabelecimentos comerciais vêm sendo realizadas. Textos publicados pelos veículos de comunicação da *Associação Viva o Centro* revelam parte do discurso proferido por órgãos governamentais, em consonância com o dessa associação que congrega interesses empresariais. Uma reportagem de julho de 2005 sobre as intervenções realizadas pelo poder municipal, intitulada *Preparando terreno para a iniciativa privada*, enumera as realizações na área adjetivando-as como “medidas de caráter emergencial” e

e ricos em oportunidades de lucro para os executivos internacionais em constante trânsito pelos diversos mercados transnacionais”.

⁶ Entende-se a expressão ‘cidades modelo’ como discutida por Sánchez (2001: 31), a saber, “imagens construídas pela ação combinada de governos locais, atores hegemônicos com interesses localizados, agentes multilaterais e redes mundiais de cidades. A partir de alguns centros de decisão e comunicação que, em variados fluxos e interações, parecem conformar um campo político de alcance global, os atores que participam desse campo realizam as leituras das cidades e constroem as imagens tornadas dominantes mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em escalas variadas” (Sanchez, 2001: 31)

“fundamentais” para incitar outras iniciativas do poder público, mas especialmente, para que se estimule o interesse do setor privado.

No terceiro mandato de gestões municipais e estaduais que dá continuidade ao projeto de revalorização do centro, além de se “preparar o terreno para a iniciativa privada” realizando a “limpeza” do lugar, estimula-se a presença de empresários na área por meio da isenção de impostos como ISS (Imposto Sobre Serviços), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) ou e ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).

Como sinalizado por Sanchez (2001), o estímulo local ao empresariado relaciona-se a articulação entre mercados, empresas⁷, corporações com interesses sobre o local, mercado imobiliário, de consumo, de turismo, de consultoria em planejamento e políticas públicas, aos quais acrescenta-se aqui o de segurança eletrônica e de câmeras de monitoramento, que está relacionado a um controle contínuo do fluxo de transeuntes.

Tal controle articula-se com o processo de revalorização, dentre outras formas, concretizando e reforçando aquele direcionamento da circulação e permanência nesses locais para segmentos sociais específicos. No Parque da Luz as prostitutas, os cafetões e usuários de drogas, que aí circulavam, representavam um entrave a esse direcionamento e de acordo com muitos dos depoimentos coletados causavam incômodo e constrangimento às famílias que deveriam usufruir o parque. As câmeras instaladas (ou simplesmente a fixação de avisos), a presença da polícia militar e da guarda civil metropolitana, as ameaças de projetos que previam a instalação de catracas e cobrança para circulação no Parque, diminuíram a presença desses “incômodos”, e disciplinaram aqueles que ali permaneceram.⁸

⁷ “o elenco de fatores locacionais é cuidadosamente mensurado por empresas vinculadas ao capital financeiro, industrial, comercial e de serviços como também é avaliado na localização de novas sedes de organismos internacionais. As diferenças são submetidas à ordem do capital que tira proveito delas.” (Sanchez, 2001: 33)

⁸ “Os projetos de restauro e recuperação do centro histórico de São Paulo avançam sem encontrar solução definitiva de inclusão social para a população marginalizada. Depois dos viciados da Cracolândia, chegou a vez das ‘meninas’ do quase bicentenário Parque da Luz, o ponto de prostituição mais antigo da cidade. Ao assumir a administração do local, há um ano, as prostitutas representavam o problema mais simples do historiador Fernando Aquino, 29. ‘Aqui era um espaço para o uso de drogas, cafetinagem, e ponto de encontro de bandidos. Com as câmeras e a guarda, eles desapareceram’. Elas, muitas sem alternativa, ficaram (...) O jeito, diz o administrador, foi dialogar com as ‘meninas’. As regras foram aceitas pela maioria das prostitutas. Cafetões foram barrados. Blusas decotadas, saias curtas e batom vermelho foram excluídos do figurino. Tampouco poderiam continuar com o mesmo ‘psiu-psiu’ para atrair os clientes. ‘Até agora, temos conseguido um convívio muito pacífico entre todos’, diz. Aquino” “Luz embeleza e modifica suas meninas”, Sérgio Duran e Célia Chaim. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 29/04/2001. As mesmas declarações de Aquino também foram encontradas em matérias de outros veículos de comunicação.

Para a revalorização do centro aos poucos se promove o desaparecimento do conflito, seu esvaziamento, ou nas palavras de Otilia Arantes, realiza-se a necessidade modernizadora de “escamotear conflitos, esconder a miséria”. A revalorização realoca forçadamente a população e o acesso aos ‘lugares’ requalificados tornam-se gradativamente uma impossibilidade para aqueles que foram expulsos dessas regiões⁹

A segurança e a vigilância nas cidades têm sido abordadas por alguns autores. Dentre eles, Zukin (1995 e 2003) afirma esses dois elementos como uma característica essencial dos processos de revalorização. A autora identifica no início da década de 1980, nos Estados Unidos, um processo de desinstitucionalização, que levou a visível presença em massa, nas ruas, parques, praças ou sob pontes, de uma população considerada perigosa: famílias sem-teto, mendigos, doentes mentais, usuários abusivos de drogas, e a incorporação de um projeto urbano, via empresa privada, para limpar os distritos comerciais.

Já no final da década de 1980, Davis (1993: 206) analisando a cidade de Los Angeles observa a “militarização do espaço público” ou uma “obsessão por sistemas de segurança física e controle arquitetônico das fronteiras sociais” por meio de uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e de um esforço abrangente de segurança. O autor detecta, nesse processo, arranjos que envolvem, por um lado, a ocultação da violência econômica cotidiana da cidade e, por outro, a definição de determinados grupos como perigosos.

Os locais revalorizados tornam-se “seguros” via um processo de esteticização do medo e das cidades, por meio da escolha da compra de proteção contra uma população indesejada, e o conseqüente impulso ao crescimento da indústria privada de segurança. Tanto Caldeira (2000), como Zukin (1996) identificam a formação de um “exército privado” de vigilantes ou guardas, que em muitos países – dentre os quais o Brasil ainda é exceção– tornou-se maior do que a força policial pública. Para Zukin, do ponto de vista da economia política, essa mudança é

⁹ “(...) regiões em que se concentravam os antigos centros nobres e administrativos da cidade e cuja deterioração subsequente transformava em cortiço e refúgio dos *homeless*; com algum humor negro seria o caso de dizer que os usuários tradicionais daqueles espaços degradados só poderiam visitá-los agora na qualidade de turistas ocasionais. Numa palavra, os centros restaurados acabaram se convertendo em cenários para uma vida urbana impossível de ressuscitar. Para os novos excluídos, no máximo um lugar de lazer; em geral muito pouco e de natureza duvidosa; como disse, pura encenação. Imagens de uma cidade dita ‘comunicante’ (...) onde a pluralidade não passa de décor cultural (...) Assim, a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu” (Arantes, 1998: 135)

característica dos processos de privatização em geral, que abrangem não apenas a segurança, mas a precarização do trabalho ou a saúde entre outros.¹⁰

Ao reservar partes da cidade para serem asseguradas por esse exército privado, e destinadas a uma parcela da população, as áreas e grupos excluídos desse processo ficam a mercê da segurança a ser promovida por uma autoridade pública erodida. Revela-se assim, a radicalização da promoção do desaparecimento do conflito, que de forma mais contundente, é realizado por meio do desaparecimento de certa parte da população, no limite, uma política de extermínio menos custosa.¹¹

As câmeras de monitoramento conjugam-se assim com idéias como a de permanência e circulação, e também, por mais paradoxal que possa parecer, de desaparecimento, que não é para todos, mas apenas para aqueles que não podem contribuir nem com a propaganda de aparente cidadania e pluralidade, enfim, com uma certa “cultura local” que pode capitalizar investimentos..

Inspirando-se em Virilio (1996), para quem a segurança deve passar pela imobilização dos corpos, a supressão das vontades e dos gestos, ressalta-se aqui que mais do que sobre os gestos ou trajés, a câmera de monitoramento nesse panorama realiza sua função focalizando a mobilidade e os fluxos. Não apenas Virilio (1996), mas também Davis (1993) sinaliza esses fluxos, quando observa a revalorização da cidade “*eclipsada por uma reestruturação paralela do espaço eletrônico, igualmente policiado, onde o acesso pago a ‘comunidades de informação’, banco de dados e assinaturas de serviços por cabo se apropriam de partes da*

¹⁰ “As public authority eroded, employment in the private security industry tripled, growing from over half million to 1.5 million jobs, from 1970 to 1992 (...) Private armies, those of the security companies, have grown faster and stronger than public security forces. In the late 1960s or early 1970s – estimate of the date vary – employment in private security firms of all kinds began exceed that in public law enforcement agencies. From the mid 1970s, when municipal budgets began to tighten, public agencies have grown to smaller extend than private firms. In California today, there are 3.9 private security employees for every public security employee”. (Zukin, 1996: 40). Caldeira (2000: 199) afirmou que o número de 100 mil vigilantes, quase igual aos 105 mil policiais do estado de São Paulo, em 1996, ainda não se comparava à relação existente em outros países, nos quais a segurança privada supera o policiamento público.

¹¹ “As previsões terríveis da Comissão Nacional sobre as causas e prevenção da violência de Richard Nixon, em 1969, se cumpriram tragicamente: nós vivemos em cidades fortaleza brutalmente divididas entre células fortificadas da sociedade afluyente e lugares de terror onde a polícia guerreia com o pobre criminalizado”. A passagem do relatório (do comitê norte americano sobre as causas e a prevenção da violência) retomada por Davis (1993: 206), adquire maior complexidade pela idéia de descartabilidade de determinados grupos sociais. Para Davis (1993), nas áreas reservadas aos excluídos detecta-se uma “curva real ascendente da violência”, um nível maior de lesões corporais.

invisível ágora.” Ambos os processos para esse autor espelham a desregulamentação da economia e a recessão de direitos não advindos do mercado.

Observar esse processo leva a uma retomada mais radical do que alguns autores observaram na proliferação de condomínios fechados monitorados em conjunto com a nova forma de gerenciamento das cidades, a saber, o enclausuramento de uma parcela da sociedade em enclaves fortificados (Caldeira, 2000 e Davis 1993)¹², que reflete uma idéia de isolamento por meio de um limite “murado”.

A promoção da “solução” privada de segurança e o monitoramento em espaços abertos, mais especificamente do centro da cidade, fazem emergir para além desse isolamento, um investimento de um grupo social sobre a expansão de sua própria mobilidade. Em outras palavras, um processo de imobilização e desaparecimento de alguns grupos sociais em prol da perpetuação de seu próprio movimento. Assim, quando a questão é pensada a partir da idéia de mobilidade, a expansão e o movimento da elite revelam a brutalidade do extermínio.¹³

No contexto brasileiro, as câmeras do Parque da Luz remetem ainda a um agravante: a representação da tecnologia como ascensão à modernidade. A simples instalação de um artefato tecnológico (e da exaltação da “cultura”) pode trazer esses ares de modernidade, mesmo que esse projeto mantenha e aprofunde assimetrias e desigualdades. A utilização da tecnologia confere um caráter de aparente modernização da segurança e se conjuga, nos espaços públicos do centro de São Paulo, com um projeto “moderno” de gerenciamento das cidades, que acarreta em segregação espacial, discriminação social e restrição da acessibilidade aos lugares.

Os “modernos” dispositivos de segurança, como as câmeras de monitoramento, representam em nível local, não apenas uma solução para a diminuição do medo e da insegurança, mas uma espécie de sensação de ascensão a um outro patamar de desenvolvimento, que a tecnologia parece representar.¹⁴

Por outro lado, os mais recentes produtos oferecidos nas feiras de segurança sinalizam um certo “atraso” e o regime de obsolescência que rege o mercado. O limite máximo de

¹² “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados, monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais”. (Caldeira, 2000: 12).

¹³ As idéias de isolamento e mobilidade não estão aqui colocadas em relação de oposição, mas de radicalização de um processo.

¹⁴ Bosi (1993), Santos (1998), Oliveira (2000), Telles (2003)

atuação da câmera, a mais “moderna” tecnologia, é apresentado pelo mercado, que opera com um limite infinito, sempre sinalizando um fosso a ser transposto.

Um novo regime de visibilidade

Os debates sobre revitalização urbana normalmente incluem a questão da inserção das câmeras de monitoramento como mero elemento constitutivo desse processo. No entanto, esses equipamentos vão além disso na medida em que sinalizam um novo dispositivo de funcionamento do poder na atualidade. Esse exercício da vigilância guarda com a revitalização dos centros urbanos uma relação simbiótica, de elementos intercambiáveis, que se reforçam mutuamente e compõe um amplo panorama de transformações sociais, políticas e econômicas.

As câmeras de monitoramento podem ser vislumbradas assim em sua conexão com a transformação da segurança em mercadoria, com o processo de minimização do Estado, com as mudanças no capitalismo, com a velocidade de avanço e obsolescência das tecnologias.

Enquanto parte de um dispositivo de poder, as câmeras de monitoramento são apreendidas aqui em consonância com a abordagem deleuziana sobre o que é um dispositivo em Foucault. Partindo da idéia do que são dispositivos, como na abordagem deleuziana (1996), é necessário observar essas tecnologias como um emaranhado que têm em sua composição linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, de subjetivação, de ruptura, de fissura, de fratura, que se misturam, seguem direções diferentes e formam processos em desequilíbrio. A visibilidade aqui é formada de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis deste ou daquele dispositivo. Assim as prisões, os hospitais e as escolas eram instituições que vinculavam-se ao poder disciplinar. Eram dispositivos que tinham um certo regime de luz e faziam nascer um objeto que era o indivíduo. “Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira em que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela. Não é apenas pintura, mas arquitetura também: tal é o “dispositivo prisão” como máquina ótica para ver sem ser visto. Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz; mas é também a dos regimes de enunciação”. (Deleuze, 1996).

Apesar de alguns autores aproximarem as câmeras de vigilância da análise foucaultiana (1987) do panóptico de Jeremy Bentham, como forma de afirmar que as pessoas estão sendo vigiadas todo o tempo, sem que vejam seu observador, essas novas tecnologias não

compartilham de várias características das sociedades disciplinares. E é na medida em que se afastam dessas características que é possível compreendê-las como parte de uma tecnologia política atual, em que participam regimes de luz e de enunciação próprios da contemporaneidade.

De acordo com Foucault (1986), os mecanismos de poder disciplinares não supliciavam ou castigavam os corpos, como era típico do poder de soberania. A disciplina adentra os corpos, aprimora e permite extrair deles tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. Por meio das instituições disciplinares, como a escola, a fábrica, o hospital, a prisão, e para além delas. Os recursos para esse adestramento são a sanção normalizadora - um modelo de penalidade que tem como função a redução dos desvios em direção a uma normalização, e o estabelecimento das competências, qualidades e aptidões; a vigilância hierárquica - que permite um controle do interior, articulado e detalhado, sendo algumas construções circulares, como o panóptico, as formulações arquitetônicas dos mecanismos de poder disciplinares; e o exame - uma visibilidade obrigatória, que detalha e documenta os corpos e constitui o indivíduo como objeto descritível e analisável em traços específicos ou de população. É este último recurso que está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder e do saber.

De fato, as câmeras de monitoramento têm como um de seus efeitos a sensação de contínua visibilidade por parte dos que são alvos da câmera, sem que vejam seu observador, assim como provoca a internalização dessa sensação que prescinde uma vigilância ininterrupta. Esses dispositivos também “despersonalizam” ou “desindividualizam” a figura do observador. Por outro lado, essas tecnologias estão deslocadas para espaços abertos, o parece ser um contraponto mais frágil para procurar afirmar que não se trata mais de disciplina, panóptico ou indivíduo. O argumento fragiliza-se diante da própria metodologia proposta por Foucault, de sua concepção de poder, da idéia de construção do indivíduo como efeito e objeto do poder e da importância de se levar em conta a produção de saberes e práticas como forma de apreender seu mecanismo e funcionamento.

Distanciados da genealogia foucaultiana, os dispositivos atuais de vigilância e controle assumem um caráter puramente repressivo ou restritivo, introduzindo uma concepção de poder pela sua negatividade, numa análise que se propunha justamente a desconstrução dessa óptica.

As câmeras de vigilância participam de uma nova visibilidade, um novo regime de enunciação e novos mecanismos de funcionamento do poder. A introjeção da sensação de vigilância permanece, a invisibilidade do observador continua garantida, mas com essas novas tecnologias, relacionadas a coleta de informações sobre pessoas, não há correção dos desvios ou sanção normalizadora corretiva e típica das sociedades disciplinares, não há esse investimento sobre o indivíduo. Esses dispositivos não se vinculam mais ao lugar ou tempo adequados para a punição exemplar, e sim à permissão ou recusa do acesso, que desloca e dilui a punição para o momento sempre imediato da circulação. E em lugar do indivíduo o que aparece é a mobilidade do fluxo e sua regulação, é isso que se sobressai neste contexto como fundamental para o exercício do poder.

Vigilância e segurança nesses moldes congregam também investimentos sobre o medo, por meio da construção do que é perigo, e relacionam-se como uma série de novos técnicos, novos saberes sendo produzidos, assim como novas formas de exclusão.

Nesse sentido, a atualidade das câmeras de monitoramento coincide com uma sociedade que não é mais a disciplinar, ela participa de uma nova racionalidade política, compõe com novas tecnologias políticas e com a desconversão do social. No atual contexto de senhas de acesso, banco de dados, comunicação imediata e controle contínuo, é possível compreender as câmeras e os dispositivos biométricos como muito mais próximos da sociedade de controle deleuziana do que do panoptico de Bentham ou das sociedades disciplinares. Possíveis caminhos de compreensão das tecnologias eletrônicas de segurança nesse contexto, são aqueles que apontam elementos tais como a automação deslocando a decisão e seu caráter político, o investimento na sensação de medo, a redefinição do conceito de segurança, a participação ativa e voluntária dos usuários no sistema de vigilância.

É necessário focalizar como indica Deleuze a atualidade do dispositivo. A esta altura vale recuperar ainda que segundo Deleuze (1996), o atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando. “É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual. A história é o arquivo, é a configuração do que somos e deixamos de ser, enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o atual é esse outro com o qual já coincidimos”.

No atual contexto de senhas de acesso, banco de dados, comunicação imediata e controle contínuo, sinaliza-se aqui a possibilidade de procurar compreender as câmeras muito mais próximas da sociedade de controle deleuziana. Possíveis caminhos de compreensão das câmeras nesse contexto, são aqueles que apontam a automação deslocando a decisão e seu caráter político, o investimento na sensação de medo, a redefinição do conceito de segurança, a participação ativa e voluntária dos usuários no sistema de vigilância.

Fluxo como efeito e objeto do poder

Em atuação, as câmeras de monitoramento capturam gestos, movimentos, mas ao olhar dos vigilantes a situação prevalece em relação ao indivíduo. A massa de transeuntes, a cadência desses movimentos, ou uma interrupção brusca do fluxo, uma mudança de direção são alguns dos elementos observados pelos vigilantes no Parque da Luz, ou por aqueles que monitoram as estradas ou entradas de condomínios. As atitudes de cada um ainda estão em pauta, um sujeito deitado no banco da praça ou na grama ou alguém embriagado, são tipos que chamam a atenção dos vigilantes como representantes de perigo ou inadequação.

No entanto, nesse cenário, aquele título midiático comum – cuidado, você está sendo vigiado – sob a rubrica Big Brother¹⁵, só tem lugar enquanto introjeção de uma individualidade vigiada, pois a produção, o efeito e o objeto do poder e do saber, do gerenciamento das cidades ou do risco, não é mais o indivíduo. Da mesma forma a contestação da presença das câmeras pela via da privacidade individual ou da proteção da “individualidade” humana, perde-se ao centrar-se nessa figura disciplinar – o indivíduo – que não está mais em questão, nem como efeito, nem como objeto desse funcionamento de poder.

Mesmo que esteja proliferada pela mídia, pelo sistema de monitoramento, via avisos de presença da câmera, ou pelos grupos de contestação¹⁶, aquela visibilidade não individualiza, não é para todos, apesar da vigilância estar em funcionamento em muitos lugares. A sensação de estar visível molda o comportamento, na mesma medida em que o torna invisível, porque

¹⁵ A alusão refere-se ao livro de George Orwell “1984”, que versa sobre um estado totalitário, prefigurado pelo Grande Irmão, que exerce um controle total sobre a vida das pessoas, dentre outras formas, através da teletela. Não apenas a mídia, mas alguns teóricos têm analisado a vigilância na atualidade fazendo analogias à obra. A idéia de poder como constrangimento absoluto presente nesses trabalhos, afasta a concepção foucaultiana de poder como relação, da qual a pesquisa procura se aproximar.

¹⁶ A referência é aos movimentos internacionais: Privacy International Organization, Electronic Frontier Foundation (EFF) e o New York Civil Liberties Union (NYCLU). É importante sublinhar que este texto não explora as formas de atuação desses movimentos, mas unicamente sugerir que as relações de poder não passam mais pelo direito focalizado por esses movimentos. Vale ressaltar que no Brasil não foram encontrados movimentos que tenham este tipo de demanda.

incita a integração ao fluxo¹⁷. A invisibilidade nesse sentido é diferente do desaparecimento, como discutido anteriormente.

Para esclarecer um pouco essa idéia, pode-se pensar que aquele que se torna visível para a câmera, é porque se destacou do fluxo, é o embriagado deitado sobre a grama no parque, o garoto consumindo droga sentado em um banco. Nesse sistema, eles se tornam visíveis como erro que não será corrigido por um castigo exemplar, eles simplesmente são erros a serem eliminados, que devem portanto, desaparecer. Os que se tornam visíveis ao sistema só não desaparecem quando são reintegrados ao fluxo, para poder funcionar como *marketing* inclusivo da nova gestão das cidades.

“Liverpool street station, uma movimentada estação de trens a leste de Londres. Meados de abril. Cerca de 15 pessoas esperam o próximo trem. Entra em cena uma mulher de meia-idade. Vestindo tailleur marrom-claro, bolsa de cor creme, ela não representa um perigo para as novas câmeras, equipadas com um programa que detecta comportamentos suspeitos. Sua silhueta, portanto, está coberta de pontos verdes, sabem os oficiais de segurança na sala da estação repleta de monitores , que apenas servem para repousar os olhos. O trem chega, todos os presentes desaparecem no interior – mas a mulher de tailleur marrom-claro permanece imóvel. Num piscar de olhos, os pontos verdes ficam vermelhos, o sinal de alarme. O chefe de segurança ordena - É melhor ir perguntar a essa senhora se está tudo bem”.

¹⁷ Vale destacar que essa integração ao fluxo não é entendida numa via repressiva, mas relaciona-se também a aceitabilidade e participação ativa dos usuários nos sistemas de segurança. O artigo “Introdução à segurança pessoal”, do Jornal da Segurança, oferece imagens instigantes dessa integração entorno de um destaque no centro da página: “Temos que interagir com vizinhos e com pessoas que estão à nossa volta para que todos sejamos armas preventivas contra a criminalidade”. Segurança como responsabilidade individual procura reunir desta forma a participação voluntária do usuário. É interessante notar como na mídia, em associações de bairro, condomínios e nas publicações do setor de segurança a sociedade é chamada a interagir e é representada atuando de forma integrada aos equipamentos eletrônicos de segurança. A aceitabilidade da câmera de vigilância nos mais variados espaços parece relacionar-se com essa inclusão dos usuários e vigilantes como participantes desse sistema, como conexões, partes de um amplo circuito integrado. A participação voluntária nos sistemas que possibilitam aumentam do controle e vigilância é apontada por alguns estudiosos do tema como algo característico desses sistemas. A questão é discutida sobretudo quando se focaliza o fornecimento de informações pessoais para bancos de dados, seja na utilização de buscas ou serviços na Internet, por exemplo. A participação ativa de usuários em sistemas de vigilância, seja no fornecimento de dados na Internet ou no sistema de monitoramento por câmeras salienta o funcionamento dos atuais mecanismos de poder, por uma via não repressiva e além do panóptico. Paralelamente, no que concerne à vigilância relacionada aos discursos aqui expostos de segurança e prevenção, é interessante sugerir como interessante para futuras pesquisas verificar a aceitabilidade em conexão com a representação de proteção (ou cuidado) desses sistemas. Com esse mesmo intuito, também se sugere aqui a possibilidade da análise da proliferação de reality shows para compreensão dessa aceitabilidade.

O início dessa matéria publicada em maio de 2001, pela revista brasileira Carta Capital, retrata a forma de funcionamento de um sistema de câmeras em teste no metrô londrino. São câmeras digitais que enviam imagens para telas de computador, as quais são analisadas por meio de um *software*, o qual detecta aquilo que se destaca do fluxo, que não está adequado ao esperado. É a máquina que reconhece uma “situação de perigo”.

Em outras palavras, a vigilância que se dá via formato analógico passa para o formato digital que permite a armazenagem de informações e interação com bancos de dados e posterior integração com sistemas biométricos de reconhecimento facial. É nesse formato digital, ou na interação entre captação analógica e sistemas digitais, que controle da mobilidade, redirecionamento dos fluxos, extermínio do erro, velocidade e automação tornam-se mais claros, em detrimento da idéia de controle do indivíduo.

O exercício da vigilância e da segurança nesses moldes congrega investimentos sobre o medo, também por meio da construção do que é perigo, risco e insegurança. Mesmo sem explorar detidamente esta questão, é importante destacar a construção do medo como um dos elementos vinculados aos mecanismos de poder aqui tratados. As narrativas sobre o medo vinculam-se na mídia a narrativas sobre o terror, que ganharam mais expressão com os discursos sobre o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos, a violência nas cidades e a determinados tipos que passam a ser identificados como representantes do perigo¹⁸. No processo de inserção das câmeras de monitoramento e de outras tecnologias de vigilância emerge uma gestão política do medo e dos fluxos.

Por outro lado, a existência de *softwares* utilizados em alguns sistemas de câmeras de monitoramento, para detectar situações de perigo remetem a automação desse processo, presente mesmo quando, no caso brasileiro de transição, apenas o vigilante conectado a esse sistema é instigado a agir tão automaticamente quanto a máquina, e mimetiza-se câmera dentro do circuito integrado.

Em *Velocidade e Política*, Paul Virilio (1996) analisa uma mudança de perspectiva nas sociedades capitalistas ao notar que a questão da guerra resume-se na questão da velocidade. Com a possibilidade de um ataque nuclear e a redução de seu aviso prévio de 15 minutos, em 1962, para 10 minutos (mísseis balísticos) e 2 minutos (armas guiadas por satélite), em 1972,

¹⁸ Diferente da aproximação feita nesta pesquisa entre os mecanismos de vigilância e controle e o processo de exclusão nas cidades, grande parte dos estudos internacionais sobre o tema focalizam questões relativas à migração e a representação de perigo relacionada ao tema.

promove-se uma progressiva contração do tempo, que desloca o poder de reflexão e decisão em favor de uma automação. Nessa configuração, não é mais necessário aviso prévio de um ataque para que se iniciem estratégias de defesa, pois a suspeita é suficiente para isso.

É nessa contração do tempo, que antecipação ou prevenção surgem como formas de atuação e funcionamento do poder. Quando se considera a suspeição constante, a forma de atuação do *software* que detecta o perigo automaticamente, a condução do vigilante que deve detectar a intenção ou a do usuário desse sistema, instigado a antecipar riscos, parece estar em jogo justamente esse deslocamento da decisão e de seu caráter político, como pontuado por Virilio.

Nesse cenário em que a velocidade é a medida, Virilio ainda esboça considerações sobre o *estado de emergência* no qual passamos a viver. Nele antecipação sobrepõe-se a imaginação “até o ponto em que governar seria apenas prever, simular, memorizar as simulações” (Virilio, 1996: 131). Deste conceito apenas sugerido pelo autor no último capítulo de seu livro, vale reter a idéia de que esta pode ser uma via de análise interessante para futuras pesquisas¹⁹.

Enfim, a meta das câmeras não é a punição exemplar, como também revelam as entrevistas com os empresários, mas a prevenção, já que, como colocam esses entrevistados “a punição é um trabalho da polícia”, “a câmera apenas registra” e quando se destaca uma situação, quando ocorre um crime, as imagens são acionadas para funcionar como prova no moroso sistema jurídico, que se conecta com as instituições de confinamento em crise. Ao chegar ao nível legal, o registro da câmera tem como principal função a exaltação da importância do esquema privado de segurança e do benefício das tecnologias para esse sistema.

¹⁹ Vale destacar Bietlot (2005), que propõe a convivência de mecanismos de poder disciplinares e biopolíticas (Foucault) aperfeiçoadas, seguidas de mecanismos de controle (Deleuze), e ainda uma reaparição do velho poder soberano e do estado permanente de exceção (Agamben) face às ameaças de insegurança. Passetti (2004) parece percorrer caminho semelhante, sobrepondo controle, disciplina e soberania. Essa proposta é denominada pelo autor como sociedade securitária, que sucederia sociedades disciplinares. Em sua opinião, a desregulação neoliberal criou inevitavelmente e voluntariamente uma situação de insegurança (incerteza, falta de garantia) (mais nenhuma escolha é certa, tudo é precário), e de incerteza (instabilidade e obscuridade das regras do jogo) que os indivíduos são incitados. As desordens sociais engendradas por essa mesma situação fornecem as razões de ser aos seus controles e violências. Os dispositivos securitários se encarregariam não somente de prevenir a desordem, mas de defini-la e, eventualmente, suscitá-la.

Interessa detectar também que enquanto supostas tentativas de limitar o funcionamento das câmeras focalizam o indivíduo²⁰, via privacidade, o sistema de monitoramento de câmeras digitais já transforma em puro fluxo de zeros e uns esses que ainda chamamos de indivíduos. É no sistema binário que a máquina pode detectar, com cada vez menos interferência humana, os erros a serem corrigidos, os fluxos a serem reorientados, os sinais de alerta ou perigo, pois essa forma de monitoramento tem uma forma correlata de tomada de decisão e de interação com bancos de dados de informações. Quanto mais refinado o mecanismo digital de monitoramento, sejam câmeras de vigilância ou bancos de dados, menos interação humana para decidir o que é risco, e maior agilidade para redirecioná-lo, para compor o fluxo ou deletá-lo, fazê-lo desaparecer.

As tecnologias de vigilância congregam assim elementos para invisibilidade e desaparecimento numa velocidade cada vez mais ilimitada e menos humana, na contração do tempo presente na antecipação e na automação, possibilitando uma intensificação, por exemplo, de processos como o de extermínio nas cidades, ou se preferir exclusão e discriminação, sem precedentes.

É nesse panorama que Deleuze (2000) dá a direção ao afirmar que os indivíduos, identificados por assinatura ou por um número, tornaram-se individuais, divisíveis, identificáveis por cifras ou senhas, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos. Para esse filósofo, uma nova correlação de forças e novos agenciamentos coletivos relacionam-se com a mutação do capitalismo de concentração do século XIX, com a crise das instituições. Em consonância com este autor, a inserção de câmeras de monitoramento encontra-se como dispositivo de poder funcionando muito mais por controle contínuo, via comunicação imediata, num capitalismo de sobre-produção, que tem como objetivo a compra de ações e a venda de serviços, dentre eles, os relacionados a segurança ou oferecidos pela cidade revalorizada.

Gilles Deleuze também fornece uma chave de compreensão desse panorama empresarial, quanto aponta o *marketing* como instrumento de controle social contínuo e ilimitado. No

²⁰ Dentre as dezenove proposições legais observadas na Assembléia, três não versavam sobre a obrigatoriedade de instalação das câmeras: a moção 173, do ano de 2000, e os projetos de lei 291, de 2001 e 109, de 2004. Apesar de serem apresentadas e justificadas como tentativas de limitar a inserção das câmeras como dispositivo de segurança nos mais variados espaços, de fato elas reforçam argumentos da própria inserção e introduzem outros temas como privacidade e intimidade ou a diminuição de postos de trabalho em consequência da utilização das câmeras. Nada semelhante foi encontrado não apenas entre as outras dezesseis proposições legais da Assembléia Legislativa de São Paulo, como também nas 31 proposições legais das outras esferas do legislativo pesquisadas.

contexto da revalorização, o *marketing* das cidades é constantemente acionado para a venda de um lugar turístico, cultural, histórico ou de negócios, e para a elevação da ação governamental e do empresariado ao patamar de preocupação com as demandas da população e da própria cidade. O funcionamento do negócio da inserção de câmeras de monitoramento e da segurança também tem, como se viu, suas estratégias de *marketing*. Se por um lado, o gerenciamento das cidades coloca seu *marketing* na colonização da memória e da história, para ampliar os ecos da vocação natural de um lugar, o gerenciamento da segurança o faz via colonização do medo, da sensação de insegurança. De fato, a inserção de câmeras de monitoramento relaciona-se com os processos de revalorização, auxiliando-os e intercambiando elementos, mas por isso também é um processo mais amplo, que merece ser descolado da questão da revalorização.

Afastar a possibilidade de análise das câmeras de monitoramento via sistema panóptico de Bentham e aproximá-la do pensamento de Gilles Deleuze, sinaliza a possibilidade de vislumbrar uma rede de relações atuais, invisíveis aos moldes disciplinares, e mais próximas das sociedades de controle. Isso não quer dizer que o pensamento de Foucault não tem mais lugar nesse novo panorama.

Por isso mesmo voltar às análises de Foucault é necessário para sublinhar que o poder disciplinar não substituiu o poder soberano, pois na visão do filósofo a teoria da soberania continuou a existir como ideologia do direito, organizando os códigos jurídicos do século XIX, ao lado da existência de discursos próprios do poder disciplinar. A sobreposição desses dois regimes de poder teve como papel fundamental mascarar os procedimentos disciplinares. “(...) uma vez que as coerções disciplinares deviam ao mesmo tempo exercer-se como mecanismos de dominação e ser escondidas como exercício efetivo de poder, era preciso que fosse apresentada no aparelho jurídico e reativada, concluída, pelos códigos judiciários, a teoria da soberania” (Foucault, 2002: 44)

O foco da legislação sobre a idéia de indivíduo, via questão da privacidade, como limite à atuação das câmeras, soa então como forma de acionar ou reativar um efeito e um objeto das disciplinas, apagando as técnicas e o funcionamento do poder na atualidade, que já ocorre de outra forma, numa sociedade de controle.

Acerca do foco sobre a privacidade, Stalder (2002) procura argumentar que a coleta e processamento de dados pessoais colocam os corpos físicos à sombra de um “corpo de dados”. Tanto as câmeras, como outras tecnologias de vigilância, garantem a inevitabilidade da

transformação do indivíduo em fluxo e a interação constante com bancos de dados, na medida em que é nesse processo que se tem acesso a serviços, lugares, ou informações, por exemplo. Sinalizando a inexorabilidade desse processo, Stalder conclui pela completa inexistência da privacidade individual neste contexto. Ele afirma que o foco sobre a privacidade, que ele denomina como “uma espécie de bolha que cerca cada um” aplica uma estrutura conceitual do século XIX a um problema do século XXI.

Ir além do panóptico a partir dos autores aqui abordados para a compreensão das câmeras significa assim respeitar sua inscrição numa época específica, que é a do aumento da capacidade de vigilância e controle nas sociedades contemporâneas ocidentais, da velocidade transformada em valor, da focalização sobre os fluxos e sobre a mobilidade. Observar esse contexto significa relacionar um dispositivo de poder a um regime de luz, enunciados e subjetividade às transformações.

Bibliografia

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BIETLOT, Mathieu. “Du disciplinaire au sécuritaire: de la prison au centre fermé”, *Multitudes, Revue trimestrielle, politique, artistique et culturelle*, l'édition papier en ligne, multitudes 11, Hiver 2003.

BOSI, Alfredo. “Post-Scriptum 1992” in *Dialética da colonização*, 4^a ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (p.347-375).

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidades e muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.

COSTA, Rogério da. “Sociedade de controle” in *São Paulo em Perspectiva*, Jan./Mar. 2004, vol.18, n.1 (p.161-167) ISSN: 0102-8839.

CUBAS, Viviane de Oliveira. *A expansão das Empresas de Segurança Privada em São Paulo*. Tese de Mestrado, USP, São Paulo, 2002.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos, escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, Reimpressão, 2000.

_____. *Foucault*. Paris: Editions de Minuit, 1986.

_____. *O anti-Édipo, capitalismo e esquizofrenia* Lisboa: Assírio & Alvim, 1968

_____. "O que é um dispositivo" in *O mistério de Ariana* Lisboa: Vegas, 1996

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade, curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade I, A vontade de saber* – Rio de Janeiro:Edições Graal, 1988.

_____. "La gubernamentalidad" in *Espacios de Poder*, La Piqueta: Madrid, 1991 (9-26)

_____. "La securité et l'État, entretien avec R. Lefort" in *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994 (a)

_____. "La société disciplinaire en crise, Conférence à L'Institut franco-japonais de Kansai, Kyoto" in *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994 (b)

FRUGOLI Jr., Heitor. "A questão da centralidade em São Paulo. O papel das associações de caráter empresarial" in *Rev. Sociol. Polit.*, Junho 2001, n.16, (p.51-66) ISSN 0104-4478, 2001.

LEITE, Rogério Proença. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Junho 2002, vol.17, no.49, (p.115-134) ISSN 0102-6909

JONES, Richard. "Digital Rule, punishment, control and technology". *Punishment & Society*, Jan 2000; 2: 5 – 22, Sage Publications, London.

KOSKELA, Hille. "'Cam Era' – the contemporary urban Panopticon". *Surveillance & Society* 1 (3): 2392-313, 2003.

LIANOS, Michalis. "Le contrôle social après Foucault" in *Surveillance & Society* 1 (3): 431-448, 2003.

LYON, David. *El ojo electrónico, el auge de la sociedad de vigilancia*, edição em castelhano: Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1995

_____. "Technology vs 'Terrorism': Circuits of City Surveillance since September 11th". *International Journal of Urban Regional Research*, vol. 27.3, September, 2003.

MACHADO, Arlindo. "Máquinas de Vigiar", dossiê Tecnologias, n. 7, *Revista USP*, set/nov, 1990, (p. 23-32).

MACHADO, Roberto (org). *Microfísica do Poder* (textos, entrevistas de Michel Foucault). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAIA, Antônio C. “Sobre a analítica do poder em Foucault”, *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 7 (1-2):83-103, outubro, 1995.

MARINIS, Pablo “Gobierno, gubernamentalidad, Foucault y los anglofoucaultianos – un ensayo sobre la racionalidad política del neoliberalismo” in: Fernando Selgas y Ramón Ramos Torres (org.) *Retos actuales de la teoría social: globalidad, reflexividad y riesgo*, Centro de Investigaciones Sociológicas: Madrid, 1999

MARX, Gary T. What’s news about the new surveillance? Classifying for change and continuity. *Surveillance & Society* 1 (1): 9-29, 2002.

OCQUETEAU, Frédéric. “A expansão da segurança privada na França, privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva?”. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 9(1): 185-195, maio de 1997.

OLIVEIRA, Marcelo A. N. *Avenida Paulista : a produção contemporânea de uma paisagem de poder*, Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas [SP : s.n], 1998.

PALLAMIN, Vera (org). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PASSETTI, Edson “Segurança, confiança e tolerância, comandos da sociedade de controle” in *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1): 151-160, 2004

PELBART, Peter P. *A vertigem por um fio, políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso, a transição de mercados convencionais para Networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANCHEZ, Fernanda. “A reinvenção das cidades na virada do século, agentes, estratégias e escalas de ação política”, *Rev. Sociol. Polit.*, Junho 2001, n.16 (p.31-49) ISSN 0104-4478

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias, o impacto sócio técnico da informação digital e genética*, São Paulo: Editora 34, 2003.

SILVA, Tomas Tadeu (org) *O Panóptico / Jeremy Bentham*, Belo Horizonte: Autentica, 2000

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “Obsessão securitária e a cultura do controle”, *Rev. Sociol. Polit.*, Junho 2003, n.20 (p.161-165) ISSN 0104-4478

STALDER, Felix. “Opinion: Privacy is not the antidote to surveillance.” *Surveillance and Society*, n 1, vol. 1, pp. 120-124, 2002, ISSN: 1477-7487

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política* – São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VITALIS, A.; VIRILIO, P. “Le regard omniprésent de la vidéosurveillance”, *Le Monde Diplomatique*, mars, 1998.

WOOD, David. "Foucault and Panopticism Revisited" in *Surveillance & Society* 1 (3): 234-239, 2003.

ZUKIN, Sharon. "Aprendendo com Disney World" in *Espaços e Debates*, vol. 23, n. 43-44, jan/dez, 2003.

_____. "Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano" in Antonio A. Arantes (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. *The Culture of Cities*, Oxford: Blackwell Publishers, 1995.